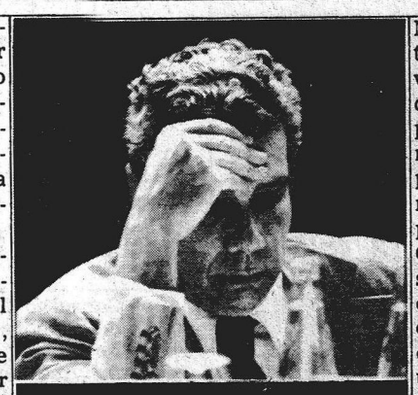
A economia em debate

O governo tomará as medidas certas para sairmos da crise econômica? Essa preocupação transformou-se em tema de três grandes encontros de empresários em São Paulo e no Rio, ontem. O expurgo na correção monetária e no INPC foi defendido veementemente pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, no auditório do Maksoud Plaza, totalmente lotado, principalmente por executivos da área financeira. Falando no salão principal do Centro Empresarial de São Paulo, no seminário "Brasil em Exame — As saídas para a crise", os empresários Antônio Ermírio de Moraes, Abílio Diniz e José Mindlin apresentaram tese semelhante, enfatizando a importância de superar os problemas com um conjunto de decisões coerentes. No Rio, diante de uma atenta platéia de 450 empresários e banqueiros, o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, ocupou-se também da questão do peso inflacionário dos reajustes salariais, propondo até a livre negociação entre empregados e empregadores — e suas idéias receberam o apoio do ex-ministro Roberto Campos. Os debates, nesta e na página seguinte.



O alvo de Antônio Ermírio: a dívida das estatais.

— Agora não podemos brincar mais, pois se não tomarmos cuidado não poderemos pagar sequer o serviço da dívida nos próximos dois anos...

— A Revolução mudou o Brasil de país viável para inviável, mas eu acho que vamos passar por esta crise...

As duas frases foram ditas ontem pelo superintendente do grupo Votorantin, Antonio Ermírio de Moraes, durante um debate promovido pela revista **Exame** — no Centro Empresarial de São Paulo — para encontrar "As saídas para a crise". Ermírio de Moraes, ao contrário dos demais participantes, não havia preparado nenhum texto para ser lido. E surpreendeu o auditório quando se levantou e passou a montar duas equações químicas num painel.

Irônico e sério ao mesmo tempo, em primeiro lugar fez uma das fórmulas resultar em um detergente sintético, "que é o mesmo que dizer limpeza", frisou Antonio Ermírio. Na seguinte, muito mais longa, cheia de cálculos e demorada, ele mostrou que a mistura de oxigênio e potássio se deve equilibrar para permitir a existência da fórmula, numa referência às empresas estatais. A platéia aplaudiu, rindo bastante.

Ermírio acrescentou que não acredita na desestatização, mas acha possível que "se contenha a estatização". Como? Ele respondeu, ressaltando que as estatais são responsáveis hoje por 60% do nosso PIB (Produto Interno Bruto), dizendo que três regras deveriam ser aplicadas nessa contenção: 1ª) determinar parâmetros de produtividade internacionais, sem os quais nenhuma estatal poderia falar em expansão; 2ª) devido às altas taxas de juros, nenhuma empresa estatal poderia instalar-se sem uma margem de 70% de recursos próprios; e 3ª) o mesmo raciocínio valendo para a expansão.

— O que não podemos mais suportar — disse Antonio Ermírio — é tapar os nossos déficits de caixa com dólares importados, rolando a dívida e simplesmente passando-a para a próxima administração.

Fim das empresas

Se isso não acontecer, disse o superintendente do grupo Votorantim, "em mais dois ou três anos poderemos reunir todos os empresários privados deste país nesta sala". Segundo ele, "não temos o interesse de nos transformarmos num Uruguai, onde praticamente todos são empregados do governo federal, mas, ao contrário, permitir e incentivar que mais empresas (privadas) se constituam".

Irritado com o fato de o FMI (Fundo Monetário Internacional) ditar normas para a redução do déficit público, "quando isso já deveria ter sido feito há muito tempo aqui dentro mesmo", lembrou que "ele (o déficit) atinge hoje 16,9% do PIB, portanto, maior que o do México". Como solução para esse problema, Ermírio de Moraes afirmou que é "chegada a hora de sabermos a real situação financeira do País e, para tanto, é necessário que se unifiquem os três orçamentos federais (das estatais, momentário e fiscal)".

Em seguida, ele ressaltou que das principais prioridades para a Nação (saúde, educação, agricultura e subsolo), uma nova se colocava à frente de todas: o desemprego. Criticou que dos Cr$ 6,4 trilhões do orçamento do Inamps, 69% sejam gastos apenas em benefícios, "o que significa que o cálculo atuarial não foi bem-feito". Elogiou, em parte, o apoio que vem sendo dado "a agricultura, mas considerou melhor "preços que subsídios, pois o preço dá acesso a todos, indiscriminadamente".

Foi quando sugeriu para debate uma "idéia" que, segundo Antonio Ermírio de Moraes, poderá gerar 500 mil empregos: a criação de pequenas empresas isentas de todos os impostos, para serem geridas por técnicos aposentados "que ainda possam dar sua contribuição para a sociedade". A recessão, explicou, diminui o número de empresários, aumentando o número de dependentes.

— Eu não posso crer que o Brasil, sendo um país pobre — disse — possa dispor de mais de 20 ou 30 mil aposentados, homens de 47, 50 anos, que no vigor da sua vida física e intelectual tenham de ir para suas casas frustrados, dando lugar para novos. Pelo contrário, acho que temos uma força enorme de sabedoria que deveria ser utilizada.

Sacrifícios

Mesmo sem caixa?

— É claro — disse Antonio Ermírio — estamos sem caixa porque somos desorganizados; uma coisa nada tem a ver com a outra. Ele lembrou que uma esperada reforma tributária deverá vir com uma redução do déficit público.

O novo pacote de reformas econômicas que está sendo anunciado pelos técnicos do governo tem sua explicação, segundo afirmou Antônio Ermírio de Moraes:

— Cada vez que se faz um pacote de medidas sempre sobra alguma coisa para nós, empresários. Mas tudo se acerta; acho que devemos abrir mão de certas áreas, pois não se pode mais sacrificar a pessoa física, mas apenas a pessoa jurídica. Ou como vamos sair desta posição horrível em que nós nos encontramos, com um déficit interno de US$ 30 bilhões e uma dívida externa de US$ 85 bilhões?

— Sairemos apenas com mais trabalho, com uma reforma tributária, com muito mais seriedade e não poderemos mais permitir ganhos fáceis sobre o capital, porque estamos transmitindo às futuras gerações um péssimo exemplo, que é o lucro sem o suor na testa, isso é horroroso e nos coloca no caminho da Argentina — prosseguiu.

Ele lamentou a "expectativa" gerada pelo novo "pacote" e "que em tudo isso tenhamos de receber um FMI ditando regras que já deveríamos ter adotado há muito tempo, ou seja, implementando uma reforma tributária, taxando mais os ganhos sobre capital e isentando um pouco mais o trabalhador assalariado e o profissional liberal". Ele lembrou a falta de credibilidade das autoridades econômicas do País, afirmando:

— É claro que a cada novo pacote alguém vai ter de ser sacrificado. Contudo, não temos medo de sacrifícios, desde que eles sejam lineares, equânimes, para todos: o que não se pode é sacrificar a classe que produz, privilegiando a classe que não produz. O setor financeiro que até hoje é privilegiado não sofre absolutamente nada com os pacotes.

Juros

Ele defendeu o tabelamento dos juros, "não porque venha realmente a resolver o problema, mas porque pelo menos nós saberíamos quem seriam os infratores, pois no momento todos são colaboradores".

Durante sua exposição, Antônio Ermírio frisou que nos últimos 19 anos o governo não conseguiu tirar o Brasil da crise e criticou o fato de se isentar comumente o governo dessa responsabilidade. Ele recorreu ao ano de 1938 para lembrar "que naquela época se dizia que o Brasil acabava com a saúva, ou a saúva acabava com o Basil. Hoje — ironizou — no lugar da saúva , estão os tecnocratas". Novos risos e apalusos da platéia, enquanto ele dizia que o governo cometeu o erro de, com o primeiro choque do petróleo, em 1973, incentivar o uso desse combustível, "ao invés de reduzi-lo, como fizeram os países civilizados".

Deu como exemplo o fato de que, naquele ano, os EUA reduziram 1,6% seu consumo, a Alemanha 12% e o Japão 11%, "enquanto o Brasil aumentava 43% seu consumo de petróleo". Criticou a máxi, criticou o crescimento das estatais feito apenas através de dinheiro estrangeiro como é o caso de Itaipú, "onde existe apenas 1% de capital aplicado, sendo o resto dinheiro emprestado". Ele também lembrou que era preciso mostrar algumas "inverdades", e deu exemplos: Deus não é mais brasileiro, "pois já renunciou à cidadania brasileira pela absoluta falta de organização no País"; "nossa dívida externa é bem administrada"; "a crise atual vem de fora para dentro" e "a nossa inflação é importada".

Temos — disse ele — de parar de transmitir sempre nossos problemas para as áreas externas, porque antes eram os árabes, agora os banqueiros internacionais, e assim por diante.

Finsocial

Então, ele se levantou e começou novamente a escrever uma fórmula química, a do etileno-glicol, um anticongelante. E acrescentou que o governo deveria tomar uma boa dose disso, "para descongelar a questão social neste país". Segundo Antonio Ermírio, agora mais agressivo, "o Finsocial arrecada muito dinheiro e o principal erro do governo é não prestar contas à sociedade do seu uso, porque nós estamos aqui para analisar esses erros e os nossos erros também".

Disse que os recursos do Finsocial poderiam, juntamente com o novo Ministério incumbido de legalizar terras, "fazer um real balanço dos desempregados do País e, através de um processo bem estudado, dar a esses homens uma possibilidade de garantir sua sobrevivência e da sua família". E, prosseguiu, "depois de determinadas colheitas se poderia legalizar essas propriedades, interiorizando o homem e evitando que ele venha para os grandes centros urbanos".

Numa discussão com um empresário do Nordeste que acusou Antônio Ermírio de "querer jogar toda a responsabilidade da crise no governo", o presidente da Votorantim respondeu dizendo que "realmente responsabilizo o governo por tudo isso, já que ele chamou tudo (saúde, previdência, ensino, etc.) para sua responsabilidade, e até hoje não conseguiu resolver nada". "Quando ele passar essas responsabilidades para a sociedade privada e para a sociedade civil, aí sim, também seremos responsáveis" — concluiu o empresário.

O que os empresários esperam

Diversos empresários que estiveram ontem no Centro Empresarial de São Paulo, para participar do seminário "Brasil em Exame — As Saídas para a Crise", comentaram as notícias de que o governo deverá baixar nos próximos dias um pacote de medidas econômicas. O ex-ministro da Fazenda Karlos Rischbieter, por exemplo, disse que ainda não tinha informações completas, "mas estou preocupado, porque qualquer que sejam as medidas, elas devem ser discutidas com a sociedade brasileira".

— Não creio — prosseguiu o ex-ministro — que haja hoje qualquer medida que possa ser imposta à sociedade. Para mim — frisou — o fundamental é que isso seja discutido com todos os setores da sociedade.

Para ele, se a desindexação estiver dentro dessa discussão, "pode ser uma saída para a taxa inflacionária, desde que seja discutida abertamente". Se a desindexação vier apenas sobre os salários, ele acha que "só agravaria mais ainda a crise".

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Albano Franco, disse: "Sempre vivo de esperança e sei que a médio prazo precisamos de planos de governo para fazer crescer a confiança dentro do empresariado brasileiro". Isso, segundo ele, "depende de medidas concretas do governo".

Para ele, os resultados do pacote anunciado "dependem do que vier nele; se melhorar o nível de emprego e promover uma queda nas taxas de juros, automaticamente haverá um novo alento na economia brasileira. Mas, por enquanto, temos de aguardar para ver o que vai sair nesses próximos dias".

— Só em mexer, alterar alguma coisa na correção monetária, o governo já nos dará um alento, porque automaticamente iria causar, mais adiante, uma queda nas taxas de juros — disse o presidente da CNI.

Recessivas

O professor Celso Lafer, integrante do Conselho Superior de Economia da Fiesp, também comentou ontem o esperado pacote econômico. Para ele, "as notícias que tenho do pacote são extremamente preocupantes, porque elas envolvem medidas de natureza recessiva extremamente graves. Como eu não entendo que esse tipo de medida possa levar a um encaminhamento adequado do problema das contas externas, a mim me preocupa aquilo que poderemos chamar de um padrão de gestão econômica responsável na presente situação e na presente conjuntura".

O temor de Abílio Diniz: que tanta pressão provoque mais erros.

O empresário Abílio Diniz manifestou ontem sua preocupação com o fato de que as mudanças de política econômica que o País deverá fazer nos próximos dias "estão sendo adotadas sob pressão", advertindo: "Normalmente, as coisas feitas sob pressão levam a menor dose de acerto". Chamando de "ingênuos" os que esperam saídas fáceis, preconizou que o Brasil enfrentará uma fase de transição, até que equacione seu problema de balanço de pagamentos, com uma renegociação ampla. Admitiu que o País precisará conseguir dólares novos durante os próximos três anos, num programa que defina uma carência, "por exemplo de cinco anos", para o pagamento dos juros da dívida externa.

Diniz defendeu a aplicação de um redutor sobre a correção monetária e o INPC, por prazo de um ano, para diminuir o impacto inicial das medidas de correção da política econômica. "Cortar subsídios e o déficit público provoca impacto inflacionário, daí a necessidade de expurgá-lo da correção e do INPC". Admitiu, porém, que não há necessidade de ter dois índices para a economia.

Livre negociação

O empresário voltou a propor que se evite uma política recessiva, e manifestou-se a favor da indexação salarial. "Sou contra a livre negociação de salários numa economia em recessão. Só se poderia fazer isso numa retomada da atividade econômica."

Diniz não acredita que a redução da indexação possa achatar o poder aquisitivo dos assalariados. "Ao contrário" — disse — "quando se faz isso de maneira geral ninguém sai prejudicado; e eu sou totalmente contrário a que apenas uma classe seja prejudicada. Agora, quando se diminui a indexação em cima de ativos financeiros, também é possível fazer uma desindexação dos salários, principalmente para não absorver essas medidas que vão ser tomadas agora, cujo primeiro impacto será inflacionário".

Abílio Diniz lembrou que "já perdemos várias oportunidades de realizar ajustes na economia", e ressaltou que "não podemos perder essa oportunidade atual". Quanto ao fato de os empresários não terem sido ouvidos nesse "pacote", Diniz afirmou que "os empresários já estão acostumados a não serem ouvidos nas medidas que são tomadas".

Ele defendeu a importância de que qualquer redutor utilizado no processo de desindexação "seja feito às claras, de acordo com o que houver de corte de subsídios e de outras medidas de impacto inflacionário".

Desestímulo

Diniz, que é superintendente do grupo Pão de Açúcar e membro do Conselho Monetário Nacional, propôs o desestímulo para a poupança financeira, sugerindo a retomada da atividade nos setores pouco dependentes ou substituidores de importações, bem como na exportação. Para isso, ele acha que seriam necessárias medidas como: 1) controle administrativo e setorial de importações; 2) programa de substiuição de importações elaborado em conjunto com o setor privado; 3) estabelecimento de uma política industrial e tecnológica para promover setorialmente as exportações; 4) aceleração de um processo de reestruturação do perfil de produção e consumo de energia.

Na área monetária e creditícia, Diniz propõe substancial redução dos juros, de 30 a 40% reais, atualmente, para 10% em média; eliminação do controle quantitativo do crédito; estímulo à capitalização das empresas via mercado acionário; reestruturação do sistema financeiro, orientando-o para os investimentos privados; e separação das atividades do Banco Central e do Banco do Brasil, ficando só o BC como autoridade monetária, ou seja, com poder emissor.

O superintendente do Pão de Açúcar quer um tratamento justo para as estatais, submetidas a desgaste "proporcionado pela crise do balanço de pagamentos e pela necessidade de captar recursos externos para financiá-la".

Sobre o déficit público, mostrou que partindo-se dos números do FMI, que apontam para "16,9% do PIB, e considerando-se que aproximadamente 5% correspondem ao déficit externo, os restantes 11,5% referem-se a financiamentos junto ao sistema financeiro doméstico, o que eleva as taxas de juros, implicando maiores sacrifícios para o setor privado".

Defendeu controle dos dispêndios e corte dos subsídios, e prioridade para o corte no custeio e não nos investimentos das estatais. No caso dos subsídios, considerou que sua redução deve ser acelerada, permanecendo só os que puderem ser abrigados no orçamento fiscal, além de ser necessários. Condenou ainda as transferências de recursos do orçamento fiscal para o orçamento monetário, o que "ampliaria significativamente a margem de manobra do setor público, sem a necessidade de grandes ampliações na carga tributária".

Potencial

O empresário José Mindlin, ex-secretário da Cultura do Estado de São Paulo, também defendeu uma renegociação ampla da dívida externa brasileira e concordou com Diniz e Ermírio de Morais quanto à necessidade de evitar a recessão, no possível, dado o agudo problema social e o desemprego.

Condenando as decisões a portas fechadas, Mindlin sugeriu o debate amplo das **crises** e soluções, argumentando que "são várias as crises que o Brasil enfrenta — crise econômica, externa e interna, crise política, crise social, crise moral, administrativa, de credibilidade, de justiça social". E acrescentou: "São crises distintas, e o que torna o problema extremamente complexo é que as soluções são por vezes conflitantes, como, por exemplo, a maxidesvalorização e o combate à inflação, e, de um modo geral, devem obedecer a uma escala de prioridade, não podendo, por isso mesmo, ser adotadas simultaneamente". Por isso, não acredita em normalização a curto prazo da vida brasileira.

Mindlin manifestou sua esperança em que o endividamente externo acabe por provocar — dada sua dimensão e inviabilidade de pagamento nas condições contratadas — "uma solução equitativa", uma vez que credores e devedores estão no mesmo barco.

O empresário sugeriu que, "se o remédio é adequado (corte nos subsídios), a dose deve ser cuidadosamente administrada, pois se o doente não corre propriamente perigo de vida, certamente se encontra em condições precárias". Defendeu também a redução do déficit das estatais.

Credibilidade

Mindlin enfatizou o problema da falta de credibilidade, e depois criticou o clima de desconfiança gerado pela falta de informação sobre os gastos públicos e sobre a destinação da imensa parcela de recursos que o setor público arrecada. "A regular prestação de contas da aplicação dos recursos arrecadados, de forma clara e sistemática — advertiu — não pode ser vista como favor, pois é obrigação das autoridades inerentes aos regimes abertos. Se se somarem a esta falta de informação os escândalos e malversações denunciados pela Imprensa, que, depois de ocuparem durante dias as manchetes dos vários meios de comunicação, são esquecidos e arquivados sem que se tenha notícia da apuração de responsabilidades e da punição de responsáveis, pode-ser compreender facilmente a crise de credibilidade. Cabe ao governo, cujas boas intenções não discuto, comprová-las com uma informação completa e pernamente, submetendo seus atos sem temor ao julgamento público. Restabelecido um clima de confiança, certamente encontrariam nossas autoridades, nos vários segmentos de nossa população, muito maior receptividade para os sacrifícios que a situação exige."

Tecnocratas, biônicos e Tamerlão.

Azambuja Leal

Após meio século de inversão dos papéis, quando os economistas passaram a cuidar de política e os políticos da economia, vêem-se os políticos incapacitados de compreender a política e os economistas de entender a economia.

Era inevitável que assim acontecesse.

Os economistas se atiraram ao poder com a mesma avidez com que os políticos se atiraram aos dinheiros. Que coisa extraordinária para um político poder, de uma hora para outra, com o referendo técnico de um economista investido de poder, fundar n *companhias com dinheiros públicos, construir um palácio-sede, se empostar de empresário, participar de gratificações de diretoria, empregar os filhos, compadres, o canário e o papagaio, sem ter de pedir licença e verbas a assembléia nenhuma nem ter de prestar contas a Tribunal de Contas nenhum. Tudo dependendo exclusivamente de se fazer aprovar um projeto por um tecnocrata e seu* staff. *Quantos outros projetos de distribuição aos eleitores de dinheiro público (isto é, dos próprios eleitores) não poderiam ser facilmente aprovados, adquirindo-se, com isso, o monopólio de um mercado eleitoral? Que maneira mais barata se poderia inventar de financiar a própria reeleição?*

O câmbio não foi menos atraente para os economistas que, de uma hora para outra, liberados das restrições e ônus naturais do monus *público, se viram promovidos de modestos* tecnos *a poderosos* cratas. *Honra e poder maiores não foram outorgados a essa tropa do que as que se concederam ao asno de Buridan, coroado sobre suas quatro patas. Zoologicamente, os tecnocratas diferem dessa figura na conformação dos membros e assim se comportaram: com mãos e braços se lançaram à obra e com as patas trataram das questões políticas, isto é, de responder ao público de interlocutores. Já que não dependiam do público para investidura no cargo, é claro que não lhe deviam explicação alguma, estando, portanto, livres da servidão natural do político aos seus representados.*

Meio século dessa troca de papéis inverteu as disciplinas: a economia se tornou um negócio político e a política uma questão de negócios econômicos.

Teria de ser assim.

Quando se está no poder, faz-se o que se pode e, quando se pode tudo, por que pensar nas limitações da ciência da escassez? Foi o que os tecnocratas fizeram: trataram de esquecer todas as lições que haviam aprendido sobre as limitações da economia. Criaram moedas, mudaram o conceito de juros, esfacelaram o orçamento, ditaram todos os preços, inventaram índices, manipularam esses índices e, no caos dessa anarquia econômica, passaram, soberanamente, a ditar dia a dia sua solução caso a caso. Instituíram uma forma acabada do poder pessoal absoluto — aquilo que Marx pensava, talvez, que fosse o modelo do despotismo oriental. Claro está que esse tipo de economia não obedece a lei alguma, mas tão-só à vontade do tecnocrata, sendo ocioso, portanto, tentar entendê-la e operá-la segundo os conceitos de qualquer tratado de economia. Por outras palavras, a economia sob o tecnocrata tornou-se incompreensível e refratária ao diagnóstico e terapêutica dos economistas de qualquer escola. Pela boa e simples razão de que não se trata de economia, mas de política do tecnocrata. E vai-se lá saber o que se passa em sua cabeça e que lhe dá na gana! Fica-se informado pelos matutinos.

É igualmente claro, por outro lado, que o político que se dedica à economia (leia-se aos dinheiros) e dela depende está livre da chatice e provação das urnas e da abstinência franciscana dos proventos públicos. O biônico é a contrapartida, na política, do tecnocrata no setor da economia. Um ente que não deve contas a ninguém, não responde a ninguém (um irresponsável, juridicamente falando). Basta-lhe o beija-mão ao capo. *Nem trabalhar é preciso: as leis se fazem por decurso de prazo. Sua melhor contribuição é não comparecer às sessões.*

Claro está que o exercício do poder sem responsabilidade pública não produz nenhum tipo de política, mas tão-só poder pessoal: caso dos tecnocratas. Claro também que o político voltado para a economia (os dinheiros do público) também não produz economia nenhuma. O testemunho exemplar desse tipo de sistema, onde o asno de Buridan se associa ao biônico da política, são os chamados "negócios especiais" que nem são políticos nem econômicos, pois não geram nem bens econômicos nem resultados políticos para o País e o povo, embora sejam, realmente, coisas muito especiais para todas as partes envolvidas. Ora, assim se dá e se explica que um sistema com tal estrutura acabe sem ter nenhuma política nem qualquer economia, nem uma economia política nem uma política econômica. Sua vocação estrutural é produzir negócios especiais.

Cada caso será tratado de per si, diz o tecnocrata; daremos um jeito nisso, diz o biônico.

E ainda há economistas e ensaistas políticos tentando compreender e remediar essa situação, segundo noções e leis da economia e as recomendações de Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Marx... Teorias, modelos e práticas para tais casos melhor se acham nos livros de Tamerlão, ou nas edições mais recentes dos aiatolá.